

ISSN 1646-0219
www.min-edu.pt
Março 2009

Avaliação externa das escolas promove cultura de rigor

Bibliotecas escolares em todas as escolas básicas

Ensino profissional com forte crescimento de alunos e cursos

 Ministério da
Educação



Bibliotecas escolares em todas as escolas básicas

02

Todas as escolas dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, escolas básicas integradas e sedes de agrupamento dispõem já de biblioteca incluída na Rede de Bibliotecas Escolares (RBE), desde o fim de 2008.

A RBE está concluída nas escolas dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico, nas escolas básicas integradas e nas sedes de agrupamento, enquanto as escolas do 1.º ciclo que não possuem biblioteca têm assegurado o serviço em rede através dos agrupamentos.

É precisamente às escolas do 1.º ciclo que será dada maior atenção, neste ano lectivo, incentivando o desenvolvimento de redes concelhias de bibliotecas, em articulação com as respectivas autarquias e bibliotecas públicas, para alargar de forma substancial esta rede, que conta actualmente com 900 bibliotecas em pleno funcionamento.

Com cobertura quase total, as escolas secundárias verão a rede concluída à medida que forem sendo intervencionadas no âmbito do Programa de Modernização das Escolas Secundárias, sendo apetrechadas com bibliotecas de qualidade, que passarão a fazer parte da RBE.

O número de escolas que integram o Programa RBE situa-se actualmente em 2077, abrangendo 1 milhão de alunos e correspondendo a um investimento de 40 milhões de euros.

O Programa RBE foi criado em 1996, numa iniciativa conjunta dos ministérios da Educação (ME) e da Cultura, com o objectivo de instalar bibliotecas escolares, concebidas como centros de recursos multimédia, disponibilizando os recursos necessários à leitura, à utilização e à produção da informação em diferentes suportes, nas escolas públicas de todos os níveis de ensino.

A execução do programa tem sido realizada através de um processo de candidaturas dirigidas às escolas, com o objectivo de instalar novas bibliotecas ou de actualizar as já integradas, envolvendo os espaços, o mobiliário, os equipamentos e o fundo documental, ao mesmo tempo que aposta no apoio e na divulgação das boas práticas.

Estes projectos devem reflectir o apoio da biblioteca à actividade pedagógica da escola e, ainda, fomentar sistemas de cooperação, constituição de redes locais de trabalho, partilha de recursos e definição de estratégias comuns, em diversos domínios centrados na utilização transversal da biblioteca.

Atribuindo apoio financeiro, de acordo com as necessidades identificadas nas escolas, o programa tem uma acção directa na criação e no desenvolvimento das bibliotecas, intervindo em áreas tais como a organização do espaço, o equipamento, a aquisição de fundos documentais, ou a formação dos recursos humanos responsáveis pela gestão e pelo funcionamento.

Este último aspecto tem merecido especial atenção, tendo sido área prioritária na formação contínua de professores. Nos últimos dois anos, o investimento nos recursos humanos afectos às bibliotecas veio permitir a existência de coordenadores de biblioteca a tempo inteiro, designados professores bibliotecários, abrindo caminho à formalização deste cargo, facto que ocorrerá ainda neste ano lectivo.

Um dos aspectos conceptuais na origem deste programa consistiu no desenvolvimento de uma estrutura de trabalho colaborativo entre escolas, bibliotecas municipais e poder local, permitindo uma efectiva convergência de esforços e de recursos, para além da colaboração com as diferentes estruturas do ME.

Doze anos depois, a maioria das escolas-sede de agrupamento e muitas outras de pequena dimensão dispõem de bibliotecas modernas, que oferecem serviços e fundos documentais diversificados e em diferentes suportes, permitindo a convivência entre material impresso e digital.

Progressivamente, os aspectos associados à instalação e à organização, já consolidados, têm dado lugar à questão central da sua razão de ser na escola: o reforço da qualidade das aprendizagens, das competências leitoras, do desenvolvimento individual e, conseqüentemente, do sucesso escolar.

Para mais informações, consultar www.rbe.min-edu.pt

Bibliotecas escolares: A rede de saber

Há longos, longos anos que me ocupo da leitura. Não encontrei melhor lugar para a exercer do que nas bibliotecas – sejam as públicas, sejam as escolares. Depois de década e meia a trabalhar pelas e com as bibliotecas públicas, levo agora outra década nas bibliotecas escolares, desejando sempre que entre ambas se desenvolva a mais estreita parceria e que, em conjunto, possibilitem as melhores competências leitoras e hábitos de leitura aos que as frequentam, tanto em leitura impressa como em leitura digital.

Quanto mais as bibliotecas se afirmarem e se mostrarem como lugar do saber – dispondo de recursos, serviços e bens culturais –, mais serão os leitores, mais e melhores serão os que as procuram e utilizam por nelas encontrarem os recursos próprios da sociedade de informação e conhecimento.

As bibliotecas escolares, em particular, são centrais nas escolas para apoiar os currículos, formar alunos autónomos na busca e na produção de saberes, e ajudar a descobrir (e encontrar) o leitor especial que há em cada um de nós. Ninguém pode ser excluído. As bibliotecas, com o apoio de professores e funcionários, contrariam a exclusão que vem da ignorância.

Teresa Calçada

Coordenadora da Rede de Bibliotecas Escolares



Nova biblioteca digital disponibiliza livros para crianças desde os 5 anos

A Biblioteca de Livros Digitais, disponível em <http://e-livros.clube-de-leituras.pt>, apresenta livros em formato digital, conjugando a leitura com o cinema de animação, o vídeo e o áudio, de modo a incentivar o gosto pela leitura, tirando partido das novas tecnologias.

As obras inseridas na Biblioteca de Livros Digitais reúnem diversas vertentes que tornam a leitura particularmente apelativa, convidando os leitores a transformarem-se em escritores e em ilustradores, e até mesmo a partilharem as suas produções com os cibernautas inscritos na Biblioteca dos Livros da Malta.

Neste momento, são nove as obras disponibilizadas na Biblioteca de Livros Digitais, destinadas às diversas faixas etárias, desde o pré-escolar até à idade adulta, estando previsto que, durante este ano lectivo, sejam disponibilizadas mais 35 obras.

Ainda antes de começarem a ler cada obra, os interessados têm a possibilidade de assistir a uma apresentação animada das personagens principais de cada livro, bem como de ouvir os autores e os ilustradores a falarem sobre os respectivos volumes.

Depois, à medida que viram as páginas do livro, os leitores podem ler o texto e ver as ilustrações animadas, enquanto ouvem uma leitura dramatizada da história e, no final, dispõem de um espaço em branco que podem utilizar para escrever ou ilustrar, de modo a personalizarem o seu volume, que passa a conter na capa o nome da pessoa a quem pertence.

Através do registo na Biblioteca dos Livros da Malta, os leitores podem enviar *e-mails* aos restantes membros da comunidade virtual, recomendando livros e divulgando os textos que escreveram no final das obras disponibilizadas *on-line*.

O grande objectivo deste projecto, que envolve o Centro de Investigação para as Tecnologias Interactivas, o Plano Nacional de Leitura, a Rede de Bibliotecas Escolares e o Plano Nacional de Ensino do Português (PNEP), é a criação de um instrumento que promova a leitura, tirando partido da natural apetência que os mais jovens têm pelas novas tecnologias.

Avaliação internacional da política educativa para o 1.º ciclo elogia as melhorias introduzidas entre 2005 e 2008

O estudo sobre a reorganização do ensino no 1.º ciclo, realizado por uma equipa de peritos internacionais independentes, elogia as melhorias introduzidas neste nível de ensino, nos três últimos anos, apresentando recomendações para que as medidas continuem a ser desenvolvidas de uma forma positiva.

Solicitado pelo Ministério da Educação (ME), este estudo corresponde a uma avaliação intermédia, realizada durante a fase de implantação das reformas, com o objectivo de verificar se as medidas desenvolvidas estão a atingir os resultados previstos e se as estratégias adoptadas devem ser ajustadas em função da experiência.

Liderada pelo professor Peter Matthews, esta avaliação seguiu a metodologia e a abordagem que a OCDE tem utilizado para avaliar as políticas educativas em muitos países-membros, ao longo dos anos, com resultados positivos.

O relatório salienta que as medidas desenvolvidas para a reorganização do 1.º ciclo já estão a produzir resultados na melhoria dos níveis de educação básica, com um impacto positivo na vida das crianças que frequentam este nível de ensino e dos respectivos pais.

Planeadas de acordo com os exemplos de boas práticas de outros países, mas adaptadas ao contexto português, estas reformas estão a atrair um crescente interesse a nível internacional, sendo consideradas um excelente estudo de caso sobre como desenvolver uma reforma com êxito, conseguindo melhorias efectivas nos resultados educativos.

Principais resultados

A decisão de encerrar as escolas do 1.º ciclo de pequena dimensão é considerada positiva pelos autores do estudo, que consideram os benefícios de apostar em melhores instalações e enquadramento social em escolas maiores superiores às desvantagens associadas às viagens realizadas pelas crianças.

A introdução da escola a tempo inteiro é outra das medidas consideradas positivas, enquanto resposta às necessidades das famílias, implicando a substituição dos turnos duplos pelo horário normal.

Embora estas medidas ainda estejam em fase de concretização, o estudo salienta que as maiores mudanças a nível estrutural já foram levadas a cabo, existindo indícios de que os resultados no 1.º ciclo estão a melhorar e que os alunos têm acesso a um currículo de mais qualidade.

O estudo refere de forma positiva o facto de as actividades de enriquecimento curricular proporcionarem aprendizagens complementares, nomeadamente Inglês, Actividade Física e Desportiva, Música e Estudo Acompanhado, mas chama a atenção para os casos em que as actividades são desenvolvidas exclusivamente em contexto de sala de aula e recorrendo a métodos de ensino expositivos, semelhantes aos utilizados no currículo nuclear.

O modelo de formação contínua de professores nas áreas de Língua Portuguesa, de Matemática e do Ensino Experimental das Ciências é reconhecido como excelente, havendo indícios de que os resultados escolares estão a melhorar na Matemática, o que, segundo os autores do estudo, poderá ser consequência de melhores práticas de ensino nesta disciplina.



A alteração das regras de gestão das escolas, designadamente no que respeita à eleição do director, é encarada de forma positiva, na medida em que permite uma escolha baseada no mérito profissional dos candidatos.

A recolha de informação actualizada pelo ME sobre a rede escolar, complementada pelo acompanhamento efectuado pela Inspeção-Geral da Educação, contribui para uma monitorização do modo como as medidas estão a ser concretizadas nos estabelecimentos de ensino.

Apesar de reconhecer que a avaliação interna das escolas tem registado progressos significativos, o relatório recomenda a reintrodução da observação de aulas por parte dos inspectores, como meio de melhorar a avaliação externa, essencial para a melhoria do sistema educativo.

Recomendações

Liderança dos agrupamentos – Para assegurar uma gestão eficaz dos agrupamentos, é necessário seleccionar os líderes mais competentes, garantindo que possuem formação adequada para a função a desempenhar.

Aumentar o sucesso escolar – Além de dar continuidade às medidas já concretizadas e consideradas fundamentais para melhorar a qualidade do ensino, como a estabilização do corpo docente e a criação de equipas pedagógicas, o relatório recomenda a aposta na avaliação interna e externa, a eliminação da retenção no 1.º ciclo e a definição de critérios para “boas aulas”.

Melhorar o regime curricular – É considerada necessária uma maior autonomia na tomada de decisões a nível curricular, por parte das escolas, que deve ser acompanhada por um sistema de monitorização eficaz. Aconselha-se a diferenciação entre as actividades de enriquecimento curricular e o currículo formal, recomendando-se a inclusão do Inglês no currículo.

Reestruturar o corpo docente das actividades de enriquecimento curricular – O relatório defende uma maior equidade entre os professores efectivos e os contratados para as actividades de enriquecimento curricular, bem como uma utilização mais flexível dos professores existentes nos agrupamentos na realização destas actividades.

Maior autonomia local – É valorizada uma maior autonomia das escolas, em articulação com os municípios, com a correspondente responsabilização dos diversos intervenientes no processo educativo.

Desenvolvimento da liderança e das capacidades de gestão – Recomenda-se que seja proporcionada formação em gestão aos directores e aos membros dos conselhos executivos dos agrupamentos.

Estabelecer uma cultura de avaliação – A auto-avaliação e a avaliação externa das escolas são consideradas determinantes para melhorar a qualidade do ensino. Neste contexto, defende-se a observação directa de aulas.

Para mais informações, consultar www.min-edu.pt



Efeitos das mudanças na Educação Especial sujeitos a acompanhamento por especialistas

O Ministério da Educação (ME) convidou uma equipa de especialistas na área da Educação Especial a conduzir um projecto de avaliação da concretização do Decreto-Lei n.º 3/2008, que define os apoios especializados a prestar nos diversos níveis de ensino para dar respostas adequadas aos alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente.

A equipa que integra o projecto é dirigida por Rune J. Simeonsson, também conhecido como o mentor da Classificação Internacional da Funcionalidade (CIF), e pela investigadora Manuela Sanches Ferreira.

Este projecto, com enfoque nos três eixos fundamentais do diploma (referenciação, que não se realizava até agora, afectação de recursos e organização da rede de respostas), pretende ainda responder a três questões centrais:

- Como contribuiu a CIF para o processo de tomada de decisões?
- Quais as dificuldades experimentadas na utilização da CIF?
- Como pode a CIF ser usada para melhorar a avaliação e a intervenção com os alunos?

Para avaliar a utilização da CIF na identificação dos alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente, os métodos escolhidos consistem em análise documental, entrevistas, questionários e *focus-grupo* a pais, professores, órgãos de gestão da escola e outros intervenientes.

O projecto visa também analisar os recursos e os apoios existentes em ambiente escolar relativos à Educação Especial e a outros serviços relacionados, através de um inquérito prospectivo, bem como proceder ao levantamento das atitudes e nível de conhecimento acerca da CIF, designadamente o modelo e o instrumento de avaliação, bem como o planeamento da intervenção.

Os especialistas que integram o projecto assumem, como objectivo central da sua concretização, a obtenção dos seguintes resultados:

- Influenciar o pensamento dos diferentes agentes educativos acerca da educação especial;
- Melhorar o Manual de Apoio à Prática em Educação Especial;
- Preparar instrumentos com base na CIF para a avaliação e a intervenção;
- Apresentar recomendações à tutela que permitam a tomada de decisões no domínio das políticas educativas.

Esta avaliação apresenta-se como mais uma das medidas integradas na reforma em curso da educação especial.

Para além desta medida, salienta-se também o investimento na organização do sistema e em equipamento, a formação de professores, a criação de uma rede de escolas e de agrupamentos de referência e de unidades de apoio especializadas, o crescimento do número de técnicos especializados, a criação de novos centros de recursos TIC, a elaboração de um programa curricular de Língua Gestual Portuguesa e o aumento do número de manuais escolares em formato acessível, entre outras medidas.

Neste sentido, o ME apostou num reinvestimento no sector, permitindo a criação de condições nas escolas para responder às diferentes necessidades destes alunos, disponibilizando 215 milhões de euros, neste ano lectivo, para a Educação Especial.

Publicado há um ano, o Decreto-Lei n.º 3/2008, que tem a educação inclusiva como pressuposto, visa criar as condições necessárias para que a Educação Especial proporcione uma resposta adequada aos alunos com necessidades educativas especiais de carácter permanente, apostando num sistema de referenciação e avaliação dos alunos através da CIF.

Avaliação externa das escolas promove cultura de rigor, de exigência e de melhoria

O Ministério da Educação (ME) tem em curso um processo de avaliação externa de escolas, que abrangerá todos os estabelecimentos de ensino público, com o objectivo de desenvolver uma cultura e uma prática de avaliação em todo o sistema educativo.

O alargamento da avaliação externa a todo o sistema de ensino, essencial para promover a responsabilização e a prestação regular de contas, vai ser atingido no ano lectivo de 2010/2011, a partir do qual as escolas passam a ser avaliadas de quatro em quatro anos.

Para dar início a este processo, o ME constituiu o Grupo de Trabalho de Avaliação das Escolas, em 2005/2006, liderado por Pedro Guedes Oliveira, com o intuito de estudar e propor um modelo de avaliação externa das escolas.

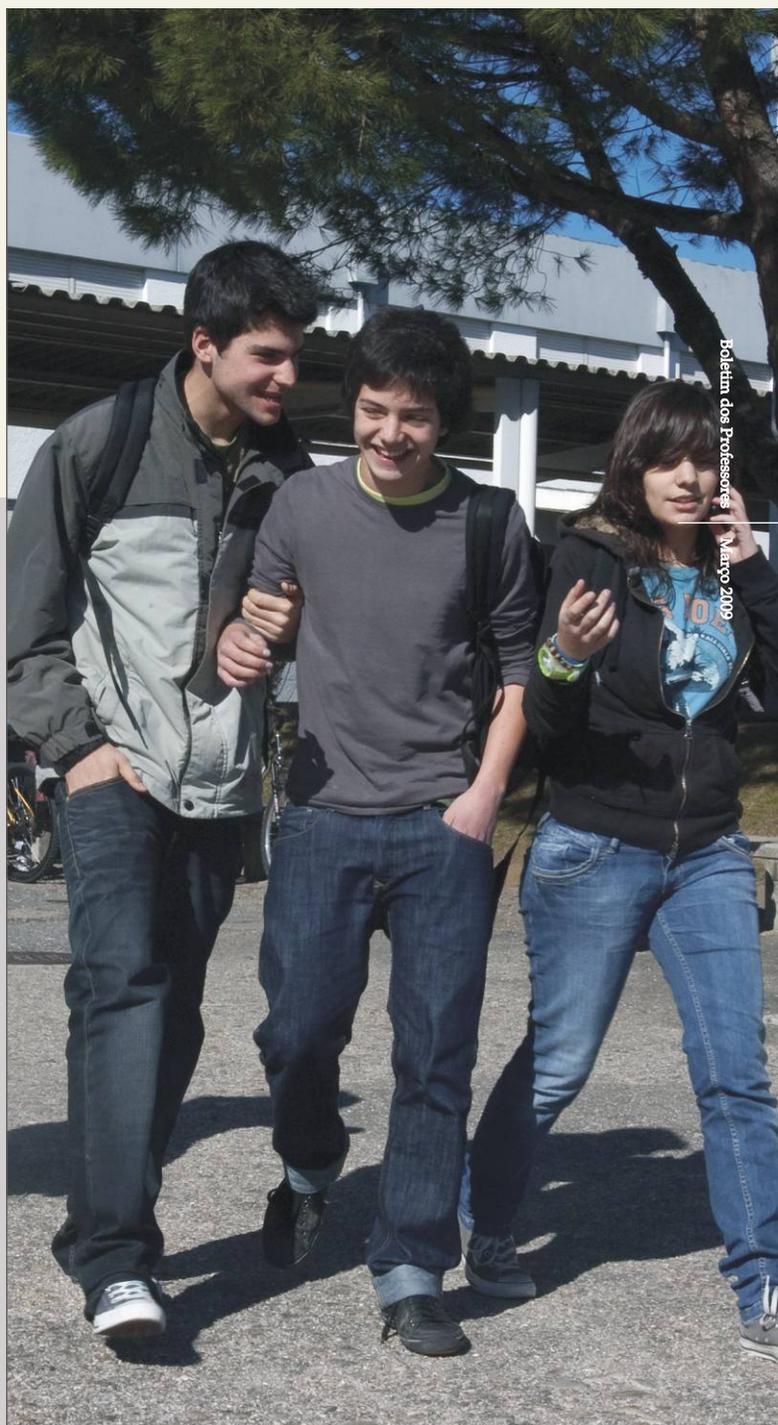
Os agrupamentos e as escolas que já tinham desenvolvido anteriormente um processo formal de auto-avaliação foram convidados a apresentar uma candidatura a esta fase-piloto, tendo sido seleccionadas 24 unidades de gestão.

Quadro de referência para a avaliação externa

Após esta fase-piloto, o grupo de trabalho apresentou um quadro de referência para a avaliação externa das escolas, que privilegia cinco domínios, a partir dos quais procura encontrar resposta para cinco questões:

1. **Resultados:** Como conhece a escola os resultados dos seus alunos, quais são e o que faz para os garantir?
2. **Prestação do serviço educativo:** Para obter esses resultados, que serviço educativo presta a escola e como o presta?
3. **Organização e gestão escolares:** Como se organiza e é gerida a escola para prestar esse serviço educativo?
4. **Liderança:** Que lideranças tem a escola e que visão estratégica está por trás da organização e da gestão?
5. **Capacidade de auto-regulação e progresso da escola:** Como garante a escola o controlo e a melhoria deste processo?

Este modelo de avaliação externa concretiza-se através de visitas às escolas com uma duração de dois a três dias, realizadas por uma equipa de avaliação constituída por três avaliadores com valências diversificadas, de modo a garantir uma visão mais abrangente do processo.



Escolas não agrupadas e agrupamentos de escolas em avaliação em 2008-2009

Delegação Regional	2008 – 2009		Total
	Agrupamentos de Escolas	Escolas não Agrupadas	
Norte	87	15	102
Centro	38	19	57
Lisboa e Vale do Tejo	61	28	89
Alentejo	12	9	21
Algarve	15	3	18
Total	213	74	287

Em 2006/2007, a avaliação prosseguiu, já sob a responsabilidade da Inspeção-Geral da Educação (IGE), que, para o efeito, se apoiou no modelo construído pelo referido grupo de trabalho e na experiência adquirida durante a fase-piloto.

Para esta segunda fase, foram convidadas as escolas que se tinham candidatado a integrar o projecto-piloto de avaliação, mas não tinham sido seleccionadas, tendo 100 integrado esta fase do processo.

Em 2007/2008, a IGE deu continuidade ao processo de avaliação externa das escolas, tendo avaliado mais 273 escolas e agrupamentos de escolas.

Escolas classificadas com *Muito Bom* em todos os domínios na avaliação externa

2005/2006 (Fase-piloto)	Escola Secundária com 3.º Ciclo Quinta das Palmeiras	Covilhã
2006/2007	Escola Secundária Alberto Sampaio	Braga
	Agrupamento de Escolas de Santa Catarina	Caldas da Rainha
	Escola Secundária Leal da Câmara	Rio de Mouro
2007/2008	Agrupamento de Escolas Gualdim Pais	Tomar

No presente ano lectivo, são 291 os agrupamentos e as escolas em avaliação. Destas, 205 candidataram-se em resposta ao convite lançado pela IGE, 17 estão inseridas no programa dos Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP) e ainda não participaram na avaliação externa, e 69 foram indicadas pela IGE, com anuência da direcção da escola.

De acordo com as previsões da IGE, em 2009/2010 serão avaliadas cerca de 300 escolas, concluindo-se o ciclo em 2010/2011.

O programa de avaliação externa das escolas abrangerá cerca de 290 unidades de gestão por ano, o que permitirá que as escolas sejam avaliadas de quatro em quatro anos.

A avaliação externa pretende fomentar nas escolas uma interpelação sistemática sobre a qualidade das suas práticas e dos seus resultados, promovendo a articulação com os dispositivos de auto-avaliação, de modo a contribuir para a melhoria do serviço público de educação.



Escola Secundária Quinta das Palmeiras: “Ser um dia para um dia ser”

Gonçalo nunca tinha tido uma experiência como esta que a Escola Secundária Quinta das Palmeiras e o Intermarché da Covilhã lhe proporcionaram. Há dois anos, agarrou o desafio do projecto “Ser um dia para um dia ser”, através de um estágio de transição para a vida activa. Nunca mais o esqueceu.

Colocava ordeiramente os produtos nas prateleiras do supermercado todos os dias. Massas, arroz, enlatados, fruta, legumes. Com alguma nostalgia voltou a exemplificar essas mesmas rotinas. Fez amigos novos, conta sem resistir ao som da música que corre na grande superfície onde trabalhou há dois anos.

Gonçalo tem 21 anos e é um aluno com necessidades educativas especiais de carácter permanente que beneficiou das vantagens deste projecto, uma “invenção” de um estágio pré-profissional, a partir do despiste dos interesses, das necessidades, das aptidões e dos gostos pessoais dos alunos com currículos alternativos e com necessidades educativas especiais de carácter permanente.

Nas palavras do presidente do conselho executivo, João Paulo Mineiro, a experiência com este projecto, que já existe desde os anos 90, “tem-se revelado gratificante, permitindo a muitos alunos encontrarem-se consigo próprios, identificarem uma motivação pessoal para a sua vida, descobrirem a alegria de fazerem o que gostam, perceberem que também podem ser úteis aos outros e à sociedade”.

A Escola Secundária Quinta das Palmeiras, na Covilhã, foi uma das escolas alvo de avaliação externa, na fase-piloto, levada a cabo por um grupo de trabalho dirigido por Pedro Guedes de Oliveira.

Com a classificação de *Muito Bom* em todos os domínios avaliados, distingue-se pela prática de acolhimento de alunos com necessidades educativas especiais e pelos projectos desenvolvidos, bem como pela aposta nas mais diversas parcerias e protocolos com entidades locais, nacionais e internacionais.

Por outro lado, o mérito é valorizado não só através da prática anual de atribuição de prémios aos três melhores alunos de cada ano, como através da valorização dos talentos da escola, prática que já colheu frutos entre muitos alunos, tanto através da edição de livros, como de exposições de pintura e fotografia.

Alguns talentos chegam mesmo a partilhar os seus conhecimentos com o exterior da escola. Tiago Ruas é um apaixonado pela meteorologia, o que já lhe valeu um tempo de antena garantido numa rádio local, através da previsão semanal do estado do tempo, aproveitando ainda para dar explicações científicas e pedagógicas sobre os fenómenos da meteorologia.



Existe, ainda, nesta escola um acentuado trabalho de equipa que envolve mesmo toda a comunidade educativa. Os pais chegam a ter um papel preponderante e activo na vida da escola, designadamente através de palestras que se oferecem para dar relacionadas com as áreas do saber que exercem diariamente. É o caso da mãe do Duarte, relações-públicas, que deu uma aula de etiqueta a diversas turmas. Os alunos gostaram, e os professores também.

Escola Secundária com 3.º Ciclo Alberto Sampaio: O início de um processo de auto-avaliação a partir de um pedido dos alunos

O pedido dos alunos para saberem os critérios de avaliação que lhes eram aplicados suscitou uma reflexão essencial para lançar as bases do processo de auto-avaliação da escola, que se foi tornando cada vez mais consistente, contando com os contributos da avaliação externa.

Há cerca de 10 anos, os alunos da Escola Secundária Alberto Sampaio, em Braga, fizeram um pedido muito concreto aos professores e ao conselho executivo: queriam saber claramente quais os critérios que se aplicavam na sua avaliação. Esta solicitação, tão directa, desencadeou um processo de reflexão por parte dos professores, que tiveram de se reunir para definir, em conjunto, quais os critérios de avaliação a aplicar aos alunos.

Esta reflexão contribuiu, de forma decisiva, para lançar as bases do processo de auto-avaliação, que se foi tornando progressivamente mais consistente, até que, em 2001/2002, a escola constituiu um observatório interno permanente, direccionado para a avaliação dos resultados internos e externos dos alunos e do desempenho das estruturas de articulação curricular.

A avaliação externa da escola, realizada pela IGE, em 2006/2007, veio confirmar aquilo que, nas palavras de Manuela Gomes, presidente do conselho executivo, a prática se tinha encarregado de demonstrar: que “a introdução do dispositivo de auto-avaliação tem impacto nas atitudes dos professores, tornando-os mais reflexivos, capazes de trabalhar em equipa e, sobretudo, de olhar para os resultados dos alunos e, se for caso disso, de pensar em estratégias para os melhorar”.



Perante a confirmação desta ideia, a escola constituiu uma parceria com a Universidade do Minho, em 2007/2008, para levar a cabo um Projecto de Avaliação em Rede, com o objectivo de proceder à monitorização de todos os processos de acção educativa, articulando os dispositivos desenvolvidos para avaliar alunos, professores, funcionários e estabelecimento de ensino.

Este projecto, a decorrer neste ano lectivo, reforçou ainda mais o já habitual trabalho da equipa pedagógica, consagrado no horário dos professores através da marcação de uma hora compatível para todos os membros do conselho de turma, a utilizarem de comum acordo entre os intervenientes. “A marcação desta hora, compatível para todos os docentes, não obriga à sua utilização, mas o que é certo é que os professores ultrapassam largamente esse tempo, de livre vontade, para articularem os projectos que estão a realizar com a turma”, explica a presidente do conselho executivo.

Esta prática de liderança de proximidade vale, também, pela liderança que promove no corpo docente, incentivando toda a equipa a tomar decisões e a responsabilizar-se pelas mesmas, em estreita articulação com o conselho executivo.

A melhoria das aprendizagens dos alunos é a grande meta a atingir através da conjugação de todos estes esforços, numa procura de soluções para elevar os resultados escolares, confirmada através das prestações dos estudantes do 12.º ano nos exames às quatro disciplinas do ensino secundário com maior número de examinados, entre 2004 e 2006.

A aposta nas novas tecnologias para trabalhar a disciplina da Matemática, ajudando os alunos a compreenderem em vez de memorizarem os conteúdos, tem sido uma prática levada a cabo com sucesso, a par da incidência no ensino experimental das ciências, considerado um dos pontos fortes da escola.

O reforço do apoio educativo aos alunos e a instituição de tutorias para aqueles que necessitam de um acompanhamento mais próximo são outras das estratégias encontradas pela escola, que aposta igualmente na diversificação da oferta formativa e no desenvolvimento de projectos, entre os quais se contam o Desporto Escolar, as oficinas de Teatro, de Arte e de Latim, bem como o projecto Crescer com as Árvores.

Agrupamento de Escolas de Santa Catarina: A aposta no desenvolvimento profissional dos professores

Liderança é a palavra que Fátima Saloio, vice-presidente do conselho executivo do Agrupamento de Escolas Santa Catarina, elege como pilar da gestão da escola, salientando que este conceito abrange, igualmente, todas as estruturas intermédias, que partilham a responsabilidade pelas medidas desenvolvidas tendo em vista o sucesso dos alunos.

A organização do agrupamento está prevista em função dos alunos que o frequentam, procurando proporcionar oportunidades de aprendizagem para todos, desde o pré-escolar ao 3.º ciclo, abrangendo crianças e jovens com necessidades educativas especiais.

A ocupação plena dos tempos escolares é uma grande preocupação da escola, que estabelece no horário dos professores um 10.º tempo, que funciona entre as 16h00 e as 17h00, durante o qual os docentes desenvolvem actividades como o Laboratório de Matemática, dão apoios aos alunos com dificuldades de aprendizagem e exercem tutorias destinadas aos jovens que necessitam de um maior acompanhamento.

A leccionação em regime de porta aberta é outra das metodologias utilizadas, que permite aos alunos com dificuldades numa determinada matéria assistirem a uma aula de outra turma onde esses conteúdos estão a ser abordados.

Os próprios professores também podem abrir a porta da sala de aula para melhorarem o seu desempenho profissional, através do trabalho cooperativo com os colegas. Tal como refere Melânia Veiga, coordenadora do Departamento de Línguas, se um professor tiver uma dificuldade, pode solicitar o apoio dos colegas.

Este apoio pode funcionar de um modo mais informal, na sala de professores, ou mais formal, tirando partido de estratégias que podem ir desde a planificação conjunta de aulas ou da troca de materiais pedagógicos, até ao acompanhamento na aula.

No entanto, tal como clarifica Melânia Veiga, esse acompanhamento em sala de aula não dá apenas resposta a dificuldades dos professores. “Um professor pode ir assistir à aula de um colega porque deseja ter acesso a novos métodos de ensino ou porque quer perceber como é que um determinado conteúdo é trabalhado com maior desenvolvimento no ciclo de ensino seguinte.”

Nada disto se faz sem uma forte coesão entre a equipa de professores e sem um investimento permanente na formação. “A formação dos professores é realizada através de círculos de estudos, que principiam com um diagnóstico das necessidades de formação sentidas no agrupamento. Depois desse diagnóstico, contactamos o centro de formação da zona para que realize a formação nas áreas pretendidas na escola”, clarifica Fátima Saloio.

A formação dos professores é essencial para a concretização do projecto educativo da escola intitulado “Que caminhos para a eficácia?”. De acordo com o presidente do conselho executivo, António Saloio, “estes caminhos estão assentes em quatro pilares: educação inclusiva, educação ambiental, educação para a saúde e desenvolvimento de competências através de projectos como o Plano Nacional de Leitura, o Plano de Acção para a Matemática e o Ensino Experimental das Ciências”.

Esta aposta reflecte-se nos resultados dos alunos, que obtiveram classificações acima das médias nacionais nos exames de Língua Portuguesa e de Matemática do 9.º ano.



A avaliação do impacto das medidas desenvolvidas nos resultados dos alunos tem um campo privilegiado de investigação devido à existência de diversos ciclos de escolaridade. “Como a escola abrange crianças desde o pré-escolar ao 3.º ciclo, podemos aperceber-nos da evolução dos alunos e das consequências das opções pedagógicas”, concluiu o presidente do conselho executivo.

Escola Secundária Leal da Câmara: Estratégias para o sucesso escolar num meio socioeconómico desfavorecido

Como se explica que uma escola inserida num meio socioeconómico desfavorecido, como é o caso da Escola Secundária Leal da Câmara, em Rio de Mouro, possa ter sido tão bem classificada, em todos os domínios, incluindo o dos resultados, na avaliação externa realizada pela IGE?

A resposta é muito trabalho e, sobretudo, um trabalho direccionado no sentido de colmatar as lacunas detectadas nos conhecimentos dos alunos, proporcionando-lhes oportunidades efectivas de aprendizagem e de enquadramento escolar.



Um bom exemplo de uma estratégia desenvolvida pela escola para apoiar os alunos nas suas aprendizagens é a sala de estudo, que conta com uma bolsa de professores de todas as disciplinas, com reforço daquelas em que os estudantes apresentam maiores dificuldades, como Matemática, Físico-Química, Inglês e Geometria Descritiva.

De acordo com o horário exposto na porta da sala de estudo e divulgado na página da escola, os alunos podem dirigir-se para este espaço e solicitar apoio dos professores para tirar dúvidas, fazer os trabalhos de casa, preparar-se para os testes ou mesmo para recuar até ao ponto em que perderam o fio à meada na sequência dos conteúdos.

Os docentes das disciplinas menos requisitadas na sala de estudo utilizam a bolsa de horas no Centro de Recursos Educativos, onde apoiam os alunos no desenvolvimento de competências de investigação, ajudando-os a construir os seus próprios métodos de pesquisa, que podem utilizar noutras situações, pela vida fora.

As tutorias, no âmbito do Gabinete de Apoio ao Aluno, funcionam como um espaço de escuta e de afectos, onde os alunos são ouvidos, orientados e aconselhados em diversas situações, escolares e não escolares.

A marcação de uma terceira hora com o director de turma, destinada sobretudo às turmas do 10.º ano ou às que necessitam de maior acompanhamento, permite um maior apoio e enquadramento dos alunos.

A existência de boas condições de trabalho na sala de aula é considerada fundamental para a motivação dos alunos e dos professores, bem como para a concretização de práticas pedagógicas inovadoras, recorrendo às novas tecnologias, tal como salienta Jorge Lemos, presidente do conselho executivo, que chama a atenção para o facto de todas as salas de aula possuírem um computador com ligação à Internet e um videoprojector.

A prevenção da indisciplina é outra das preocupações do conselho executivo, que, segundo o seu presidente, procura evitar as situações que podem dar origem a maior instabilidade ou a furtos: “Os alunos têm sempre a mesma sala de aula, o que reduz a agitação constante da mudança de espaços e permite guardar as mochilas em segurança durante os intervalos.”

O Desporto Escolar, uma das apostas fortes da escola, que abrange um grande número de alunos e de modalidades desportivas, tem uma grande importância num meio em que dificilmente os alunos teriam acesso a esta oferta, desenvolvendo também valores éticos e chamando a atenção para a importância de um estilo de vida saudável.

Nem os serviços administrativos escapam a este clima generalizado de escola, que procura, antes de tudo o mais, proporcionar bem-estar a quem a frequenta. Sem um balcão a impor a distância, alunos e professores podem contar com um atendimento personalizado com o seu gestor de processos, que tem a seu cargo uma carteira de utentes, desenvolvendo todos os assuntos com eles relacionados.

A auto-avaliação, uma prática consistente nesta escola desde há 10 anos, é considerada fundamental para o patamar de qualidade atingido pela escola, na medida em que permitiu identificar pontos fracos para, depois, delinear estratégias para os superar.

Agrupamento de Escolas Gualdim Pais: Ao encontro dos interesses e das expectativas dos alunos

“Take 1, cena 1, acção!”: Gabriela improvisa o seu melhor tom para acompanhar a guitarra de Tiago, ao mesmo tempo que Beatriz, Soraya e Dário combinam os movimentos da sua dança moderna com um ritmo mais clássico. O professor de Música, João Mourato, não queria acreditar, mas assim se compôs uma melodia e um espectáculo de dança debaixo de uma palmeira na escola-sede do Agrupamento Gualdim Pais, em Tomar.

No palco. Take 2, cena 3, acção!: O professor de Teatro, João Patrício, veste a capa de Gualdim Pais e apresenta o agrupamento. Começa por relembrar outros tempos, os tempos dos mouros, mas depressa um aluno recorda que ele está numa escola, dos dias de hoje, numa escola com o seu nome.

Luísa Oliveira, presidente do conselho executivo, toma a palavra para explicar que o principal desafio de uma escola actual, perante a responsabilidade social de dar resposta a uma grande diversidade de alunos, é o “necessário conhecimento das suas vontades e expectativas face à escola para que esta os prepare para serem cidadãos empreendedores e responsáveis, o que exige um conhecimento e uma reflexão sistemática das características da comunidade educativa”.

Os alunos são auscultados para que os seus interesses e as suas expectativas sejam integrados nos documentos orientadores da acção educativa do agrupamento, visando o sucesso educativo de todos.

A presidente do conselho executivo salienta, ainda, a importância das práticas generalizadas e sistemáticas de auto-avaliação que têm permitido reformular processos de actuação, definir e criar planos de acção de melhoria.

Existe uma prática de divulgação das actividades do agrupamento, complementada com a tentativa de envolvimento de todos os intervenientes no processo educativo na vida do agrupamento.

Neste sentido, a edição mensal de uma agenda cultural, de um jornal escolar, bem como a divulgação de actividades e de resultados numa página do *Jornal de Tomar*, na página da Internet e através de uma rubrica numa rádio local, são alguns dos ingredientes que fazem dos alunos do agrupamento estudantes interessados, preocupados e responsáveis pelo decorrer das actividades da escola.



A dimensão artística está também patente nos protocolos realizados com a Sociedade Filarmónica Gualdim Pais e com a Associação Canto Firme, possibilitando a alguns alunos a frequência do ensino articulado de Música e Dança.

A coordenadora do centro de recursos, Rosário Sousa, afirma que esta é uma “escola de artes” e que os próprios alunos a sensibilizam, pessoalmente ou através de papelinhos e mensagens em cima da sua mesa, para novos livros que gostariam de ler ou novos temas que gostariam de debater.

Ao nível da oferta educativa, o agrupamento inclui, em horário pós-laboral, cursos de educação e formação e educação extra-escolar, frequentados maioritariamente por pais e encarregados de educação, uma estratégia que acaba por reforçar a ida dos pais à escola.

Mas a presença da família na escola é já uma prática comum, seja através das sessões de leitura que todos os anos se realizam na escola, no âmbito do Plano Nacional de Leitura, seja pura e simplesmente porque os pais fazem questão de estar presentes, como é o caso do pai de Dário e de Soraya, que presta apoio em quase todas as actividades da escola, designadamente nos espectáculos de dança e nas peças de teatro.

Ou, ainda, através do recém-criado Centro Novas Oportunidades da escola, aberto a toda a comunidade, e que, nas palavras da coordenadora, Isabel Salvador, é um sucesso para as pessoas que o frequentam, desde pais e encarregados de educação a funcionários do agrupamento ou outros adultos do concelho.

Avaliação Externa das Escolas (2006/2009): Em prol da melhoria e da confiança

A avaliação externa das escolas constitui uma oportunidade para cada escola se (re)conhecer, reflectir, desenvolver uma racionalidade própria e melhorar o seu desempenho, pretendendo simultaneamente a melhoria e a prestação de contas, no quadro da promoção de uma ética profissional assente na responsabilidade e do fomento da participação social na vida da escola.

O que os avaliadores reconheceram nas escolas que obtiveram as classificações mais elevadas também pode ser encontrado, em proporções e combinações diversas, em muitas outras escolas. Como seria de prever, boa parte dos factores realçados marca presença nas listas de tópicos dos estudos internacionais sobre “escolas eficazes” ou “boas escolas”. Assim, as cinco escolas apresentadas nesta publicação reúnem, entre outras, as seguintes características:

- A preocupação central com os resultados dos alunos, tanto os resultados académicos como os resultados educativos no sentido mais lato;
- A valorização dos progressos alcançados e a capacidade de os assinalar festivamente;
- O combate ao abandono escolar, pelo acompanhamento personalizado das situações de risco;
- Práticas de inclusão e acesso a uma oferta formativa diferenciada, apoio aos alunos com mais dificuldades de aprendizagem, animação de projectos e práticas de ensino experimental;
- A valorização de formas de trabalho cooperativo entre docentes e de supervisão da prática lectiva em sala de aula;
- A formação dos docentes em contexto de trabalho e o cuidado no acolhimento dos novos professores;
- O projecto da escola com uma construção participada, orientado por objectivos claros e expressão de uma “cultura própria” e de um clima marcado pela vontade de fazer melhor;
- A organização que favorece a participação e o envolvimento de pais e encarregados de educação e oferece serviços administrativos eficientes;
- Instalações e equipamentos adequados, cuidados e respeitados pelos alunos;

- Uma clara liderança que dá espaço e até suscita o desenvolvimento das lideranças intermédias e a colaboração entre os diversos órgãos de gestão, no respeito pelo lugar de cada um;
- A comunidade que reconhece e valoriza a escola e que se constitui como um recurso;
- As regras claras e um ambiente de disciplina e respeito;
- A informação que circula, o que é especialmente relevante na construção dos agrupamentos de escolas como organizações educativas;
- O esforço na auto-avaliação do trabalho, construindo uma equipa com este propósito, adoptando instrumentos, mesmo que simples, de observação e acompanhamento.

Após a avaliação externa, o acompanhamento, o apoio e a exigência da parte da administração educativa são fundamentais para que a avaliação constitua uma oportunidade de melhoria e não um risco de penalização.

Este é um processo em avaliação contínua. Mantendo a estrutura do modelo até ao fim deste ciclo, temos introduzido ajustamentos, na sequência da avaliação que recolhemos das escolas avaliadas e dos avaliadores (inspectores e peritos externos à IGE) e do parecer do Conselho Nacional de Educação. As escolas têm considerado a avaliação externa útil para o seu desenvolvimento.

Tanto nos procedimentos como nos objectivos da avaliação, temos procurado criar confiança entre avaliados e avaliadores, bem como da sociedade no trabalho desenvolvido pelas escolas.

José Maria Azevedo
Inspector-Geral da Educação

Para mais informações, consultar www.ige.min-edu.pt

Desporto Escolar

O Portal do Desporto Escolar está disponível, através do endereço www.desportoescolar.minedu.pt, que reúne, desde Fevereiro, todas as notícias sobre o Desporto Escolar, bem como informações sobre base de dados, estatísticas, modalidades, calendário, projectos, protocolos e actividade internacional.



O Desporto Escolar e a Educação Física representam uma das vertentes de actuação pedagógica com maior transversalidade, contando com actividades desportivas de carácter formativo intra e interescolares nas quais participam mais de 90 por cento das escolas dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário.

No próximo ano lectivo, o Ministério da Educação pretende que todas as escolas do país estejam abrangidas pelo desporto escolar.

As actividades competitivas interescolas abrangem os 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e o ensino secundário, contando com cerca de 50 modalidades desportivas, designadamente: andebol, basquetebol, baseball, softball, corfebol, futsal, voleibol, BTT, escalada, multiactividades de aventura, canoagem, vela, prancha à vela, orientação, remo, judo, luta, badmínton, ténis de mesa, ténis, boccia, goalball, entre outras.

No ano lectivo de 2007/2008, participaram perto de 1 milhão de estudantes nas actividades internas das escolas e cerca de 120 mil alunos nas competições interescolas, divididos em 42 modalidades.

O Desporto Escolar conta ainda com inúmeras actividades e projectos, tais como: campos de férias, formação de alunos e de professores, corta-matos,

Mega-atleta, Gira-Vólei, Gala do Desporto Escolar, Programa Pessoa, Nestum Rugby Escolar, Fitnessgram, CompalAir 3 × 3, Escola Activa, entre outros.

Existe ainda um projecto, *O Bicas na Escola*, que pretende fornecer aos estabelecimentos de ensino e aos professores apoios, conhecimentos e competências sobre metodologias e instrumentos que facilitem e proporcionem aos alunos com necessidades especiais o acesso e a integração em todas as actividades de Educação Física e Desporto.

Neste sentido, foi criado um endereço electrónico de apoio ao professor destes alunos e, ainda, respostas a perguntas frequentes disponíveis na página da Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular (DGIDC).

À margem da Qualific@, Feira de Educação, Formação, Juventude e Emprego, que decorreu na Exponor, no dia 13 de Fevereiro, foi apresentada a 61.ª Edição do Desporto Escolar Internacional, promovida pela Fédération Internationale Sportive de l'Enseignement Catholique (FISEC) e organizada pela DGIDC, bem como pela Direcção Regional de Educação do Algarve.

O evento realiza-se em Portimão, Lagos e Lagoa, e estima-se que possa registar a maior adesão de sempre, uma vez que são esperados mais de 1200 participantes, oriundos de 12 países.

Para mais informações, consultar www.dgdc.min-edu.pt

Ensino profissional celebra 20 anos com forte crescimento de alunos e cursos

O ensino profissional, com 20 anos de existência, regista um aumento significativo do número de alunos, da oferta de cursos e da rede de oferta nas escolas secundárias públicas, que abrangem, actualmente, 60 por cento do total de inscritos em cursos profissionais.

A valorização do ensino profissional no âmbito do sistema de educação e formação, constituindo-se como uma alternativa de igual valor às restantes vias educativas, foi concretizada nos últimos anos, tanto em termos da expansão da rede de oferta, como sobretudo pelo crescimento da procura deste tipo de cursos.

Desde 1998/1999, o número de turmas dos cursos profissionais mais do que triplicou, passando de cerca de 1400 para mais de 4500. Existem hoje 96 cursos cujas variantes dão origem a 122 saídas profissionais.

Por outro lado, de um volume de 28 000 alunos inscritos em cursos profissionais, em 1998/1999, passou-se para 91 000, em 2008/2009, o que corresponde a um crescimento de 225 por cento.

Alunos inscritos em cursos profissionais

Ano Lectivo	Escolas públicas	Escolas profissionais	Total
1996-97		26 686	26 686
1997-98		28 380	28 380
1998-99		27 995	27 995
1999-00		29 100	29 100
2000-01		30 668	30 668
2001-02		33 799	33 799
2002-03		33 587	33 587
2003-04		34 399	34 399
2004-05	3676	33 089	36 765
2005-06	3990	32 952	36 942
2006-07	14 981	32 728	47 709
2007-08	31 409	31 587	62 996
2008-09	54 899	36 089	90 988

Fonte: SIGO

Desde 2004 que se assiste ao crescimento da oferta e da procura destes cursos nas escolas secundárias públicas, tendo os anos de 2004/2005 e 2005/2006 sido considerados anos de experiência pedagógica na adopção do novo modelo curricular, bem como na introdução destes cursos nestas escolas.



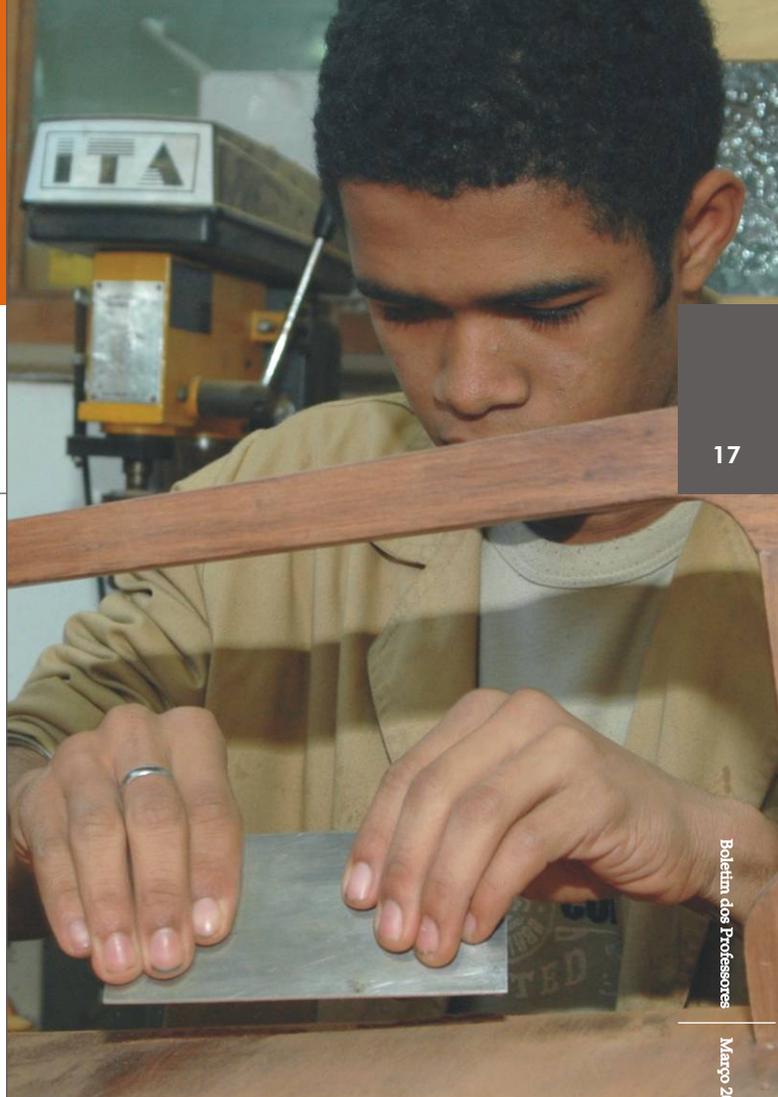
O maior crescimento relativo do número de alunos inscritos nas escolas secundárias públicas ocorreu no ano de 2006/2007 (276 por cento), enquanto o maior crescimento absoluto ocorreu no actual ano lectivo, que abrange mais 23 500 alunos do que o anterior.

As escolas secundárias públicas representam 60 por cento do total de alunos inscritos em cursos profissionais, relativamente aos 10-11 por cento verificados em 2004/2005 e em 2005/2006.

No presente ano lectivo, o crescimento do número de alunos foi extensível também às escolas profissionais, em resultado de uma forte aposta no alargamento e na valorização desta oferta de dupla certificação

Evolução do peso do número de alunos inscritos em cursos profissionais em escolas públicas e em escolas profissionais

Ano lectivo	Escolas públicas	Escolas profissionais
2004-05	10,0%	90,0%
2005-06	10,8%	89,2%
2006-07	31,4%	68,6%
2007-08	49,9%	50,1%
2008-09	60,3%	39,7%



**Escola Secundária Infante D. Henrique:
Atrás de cada porta, um novo mundo**

Na Escola Secundária Infante D. Henrique, no Porto, de cada vez que se abre a porta de uma sala, entra-se num novo mundo, onde os alunos tanto podem estar a construir um carro a hidrogénio, como a restaurar mobiliário de madeira, a programar peças de xadrez, a fazer experiências científicas ou a realizar muitas outras actividades.

Com um passado enquanto escola industrial, este estabelecimento de ensino alia a tradição com a dinâmica necessária à constante actualização da formação dos professores e à modernização dos equipamentos e das instalações, determinantes para a diversidade da oferta educativa e formativa existente.

Ao nível do 3.º ciclo, a escola tem ensino regular e cursos de educação e formação de nível 2 e 3, enquanto no nível secundário existem cursos científico-humanísticos e cursos profissionais. A oferta integra também cursos de educação e formação de adultos.

Segundo Isabel Costa, presidente do conselho executivo, “a diversidade das ofertas educativas e formativas é uma mais-

-valia para a escola, que a torna mais rica e mais viva, permitindo dar resposta aos diversos públicos”.

Para os alunos, as vantagens da diversidade de ofertas são de sublinhar, no entender de Isabel Costa: “Previne o abandono escolar, ao oferecer cursos virados para o saber-fazer, em que há uma concretização das aprendizagens. Aliciados pelas áreas de formação, os jovens obtêm sucesso e prosseguem os estudos até ao 12.º ano.”

Para o país, “que necessita de jovens com qualificação profissional”, esta diversidade também é positiva, ao permitir que os alunos que assim o desejam entrem no mundo do trabalho com formação nas áreas necessárias. Isto sem excluir o prosseguimento de estudos, para aqueles que o pretenderem.

“Já se constata uma mudança por parte das famílias, que, ao verem os jovens interessados e a estudar, valorizam estes cursos. As taxas de empregabilidade também funcionam como uma forte motivação para o reconhecimento social destas formações”, conclui a presidente do conselho executivo.

Perguntas e respostas sobre avaliação do desempenho docente

O Ministério da Educação, consciente das dificuldades sentidas pelas escolas e pelos professores na aplicação do processo de avaliação de desempenho docente, aprovou um conjunto de medidas que introduzem alterações importantes nas condições de concretização do modelo.

Com o objectivo de apoiar todos os intervenientes neste processo, é agora disponibilizada uma ferramenta de “Perguntas & Respostas”, à qual terão acesso de consulta todos os professores. As respostas disponíveis na aplicação são sistematicamente actualizadas, com base em questões apresentadas pela direcção executiva das escolas.

Para mais informações, consultar www.min-edu.pt

Manuais escolares em avaliação ascendem a 118

O Ministério da Educação tem em curso a avaliação de 118 manuais escolares. Os manuais distribuem-se pelas disciplinas de Físico-Química, Ciências Naturais, Estudo do Meio e Língua Portuguesa.

Na primeira destas disciplinas, os títulos em apreciação respeitam aos 7.º, 8.º e 9.º anos, com respectivamente 12, 11 e 8, no total de 31 manuais.

Na disciplina de Ciências Naturais, estão em avaliação 11 manuais do 7.º, 8 do 8.º ano e 7 do 9.º ano, no total de 26. Já em Estudo do Meio foram sujeitos a avaliação 17 títulos para o 3.º ano e 14 para o ano seguinte, no total de 31. Por fim, em Língua Portuguesa, estão em avaliação 17 livros para o 3.º Ano e 13 para o 4.º, no total de 30.

Programa de Modernização do Parque Escolar do Ensino Secundário antecipa metas estabelecidas

O Programa de Modernização do Parque Escolar do Ensino Secundário estabeleceu novos objectivos que permitem a antecipação do início das obras das 75 escolas abrangidas pela segunda fase e o lançamento imediato da terceira fase, com a selecção de mais 100 escolas a serem intervenionadas.

No âmbito da “Iniciativa para o Investimento e Emprego”, foram definidos novos objectivos para a concretização do Programa de Modernização, nomeadamente:

- A antecipação do arranque das obras das 75 escolas abrangidas pela segunda fase, através da publicação de regime excepcional de contratação, que permite a redução dos prazos previstos;
- O lançamento imediato da terceira fase do programa, com a selecção de 100 escolas e o início do trabalho com os estabelecimentos na definição de objectivos da intervenção e do projecto, garantindo o lançamento de concursos para obra até ao final de 2009.

A previsão inicialmente traçada para Agosto de 2009, que apontava para 60 escolas intervenionadas, foi superada, uma vez que, actualmente, existem 105 escolas em intervenção ou a iniciar intervenção. Até ao momento, foram concretizadas as quatro intervenções na fase-piloto, estão em curso intervenções em 26 escolas da primeira fase, o que ultrapassa as 18 inicialmente previstas, e procedeu-se ao lançamento dos concursos públicos referentes às intervenções em 75 escolas da segunda fase, anteriormente pensada para 38 escolas.

Adopção de manuais escolares para o ano lectivo de 2009/2010

Os prazos e as disciplinas em que haverá adopção de manuais escolares já estão definidos para o próximo ano lectivo.

Em 2009/2010, haverá novas adopções nos 2.º, 6.º e 8.º anos na disciplina de Educação Moral e Religiosa Católica.

No 12.º ano, haverá adopções em todas as disciplinas dos cursos científico-humanísticos, com excepção das disciplinas de Português, de Matemática A, de Matemática B e de Matemática Aplicada às Ciências Sociais.

O prazo de adopção de manuais escolares para as disciplinas e para os anos de escolaridade acima referidos vai de 4 a 29 de Maio de 2009.

A vigência da adopção de manuais escolares para o próximo ano lectivo deverá ser estabelecida a partir do novo enquadramento legal, que integra as normas necessárias para o período de transição.

Regulamentação da actividade dos centros de formação de associação de escolas

O Ministério da Educação regulamentou a operacionalização da actividade dos centros de formação de associação de escolas, definindo a respectiva estrutura e a afectação de recursos humanos e financeiros que lhes permitam atingir os seus objectivos com qualidade e rigor.

Assim, cada centro de formação é dirigido por um director.

O funcionamento é assegurado pelo director e por um secretariado, podendo dispor de assessorias de natureza pedagógica, informática e financeira e, ainda, de consultores de formação.

As assessorias de carácter pedagógico, informático e financeiro podem ser asseguradas por um ou mais docentes, utilizando insuficiências de horário ou com recurso ao crédito horário das escolas associadas.

As assessorias de natureza informática e financeira podem ser asseguradas através da aquisição de serviços, enquanto a consultadoria de formação, se existir, deverá estar a cargo de consultores de formação acreditados pelo conselho científico-pedagógico de formação contínua.

Projecto Público na Escola

O projecto Público na Escola promove no presente ano lectivo uma nova edição do Concurso Nacional de Jornais Escolares desta vez subordinada ao tema "Porque é que a política também é para nós?"

Este tema visa estimular uma reflexão sobre a política – sobre porquê, como, onde e quando intervir politicamente – e estimular a participação cívica dos mais novos. Os interessados devem inscrever-se até ao dia 31 de Março e enviar os respectivos materiais até 30 de Junho.

O projecto Público na Escola pretende contribuir, nomeadamente, para o desenvolvimento do espírito crítico das novas gerações, para motivar o interesse, em alunos e professores, pela leitura de jornais, bem como para fornecer material de apoio a várias disciplinas dos ensinos básico e secundário.

O Concurso Nacional de Jornais Escolares realiza-se todos os anos e pretende estimular o aparecimento das publicações escolares e o aperfeiçoamento das existentes.

Concurso Jovens Cientistas e Investigadores

As inscrições no concurso Jovens Cientistas e Investigadores, dirigido a estudantes entre os 15 e os 20 anos, estão abertas até ao dia 15 de Abril através do endereço electrónico www.fjuventude.pt/jcientistas2009.

Os trabalhos a apresentar nesta 17.ª edição do concurso devem enquadrar-se numa das seguintes áreas de estudo: Biologia, Química, Ciências da Terra, Economia, Engenharia, Ciências do Ambiente, Informática/Ciências da Computação, Matemática, Ciências Médicas, Física e Ciências Sociais.

Os interessados podem concorrer individualmente ou em grupo com o máximo de três elementos. Cada trabalho deverá ter um professor coordenador do projecto.

No âmbito do concurso, realizar-se-á a III Mostra Nacional de Ciência, a qual terá lugar em Lisboa, no Museu de Electricidade, de 21 a 23 de Maio.

Promovido pela Fundação da Juventude, desde 1992, em colaboração com o Ministério da Educação, o concurso visa promover os ideais da cooperação e do intercâmbio entre jovens cientistas e investigadores, bem como estimular o aparecimento dos jovens talentos nas áreas da ciência, da tecnologia, da investigação e da inovação.

Programa de Formação em Ensino Experimental das Ciências para Professores do 1.º Ciclo tem continuidade

O Programa de Formação em Ensino Experimental das Ciências para Professores do 1.º Ciclo do Ensino Básico vai ter continuidade nos anos lectivos de 2008/2009 e de 2009/2010.

Este programa, iniciado em 2006, tem como finalidade principal a melhoria do ensino experimental das ciências no 1.º ciclo, através do desenvolvimento de boas práticas de ensino de base experimental.

As actividades a desenvolver no quadro do programa englobam sessões de formação, de acompanhamento e de supervisão.

O programa é desenvolvido através de protocolos entre o Ministério da Educação e os estabelecimentos de ensino superior que desenvolvem actividades de ensino e de investigação em educação em ciência para o 1.º ciclo.

Divulgação dos resultados da selecção das candidaturas ao Alargamento da Rede de Educação Pré-Escolar

Os resultados da selecção das candidaturas ao Alargamento da Rede de Educação Pré-Escolar nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto foram divulgados no sítio <http://www.pre-escolar.min-edu.pt>.

Esta medida tem como objectivo apoiar iniciativas de alargamento e de requalificação do parque de educação pré-escolar apresentadas por municípios e por instituições particulares de solidariedade social (IPSS) ou equiparadas.

O programa de Alargamento da Rede de Educação Pré-Escolar visa a adequação da oferta global da rede de educação pré-escolar, que, apesar de ter subido para uma taxa de cobertura de 77 por cento, apresenta alguns constrangimentos, particularmente na periferia dos grandes centros urbanos, para os quais é fundamental encontrar resposta.

Calendário de provas de aferição e de exames nacionais

O Ministério da Educação definiu o calendário para a realização das provas de aferição dos 1.º e 2.º ciclos do ensino básico e dos exames nacionais dos ensinos básico e secundário, a realizar no ano lectivo de 2008/2009.

As provas de aferição de Língua Portuguesa dos 4.º e 6.º anos realizam-se no dia 18 de Maio, enquanto as provas de aferição de Matemática, destinadas aos mesmos anos de escolaridade, se efectuam no dia 20 de Maio.

Calendário de exames do ensino básico

Os exames nacionais do 3.º ciclo realizam-se numa fase única com duas chamadas. Na primeira chamada, que é obrigatória, o exame de Língua Portuguesa realiza-se no dia 19 de Junho, e o de Matemática, no dia 22 de Junho. Na segunda chamada, destinada a situações excepcionais, os exames realizam-se, respectivamente, nos dias 25 e 26 de Junho.

A primeira chamada do exame de Português Língua não Materna – nível iniciação e nível intermédio, destinados a avaliar os alunos de acordo com o seu nível de proficiência linguística, realiza-se no dia 19 de Junho, e a segunda chamada, no dia 13 de Julho.

Os exames de equivalência à frequência dos 2.º e 3.º ciclos realizam-se em Junho e em Setembro, com uma só chamada, que decorre entre: 19 de Junho e 6 de Julho para o 3.º ciclo; 25 de Junho e 7 de Julho para o 2.º ciclo; 1 e 7 de Setembro para os 2.º e 3.º ciclos.

As pautas referentes às classificações da primeira e da segunda chamada dos exames nacionais de Língua Portuguesa e de Matemática são afixadas a 13 de Julho.

As pautas relativas às classificações dos exames de equivalência às restantes disciplinas devem ser afixados até ao dia 14 de Julho, sendo as da segunda fase divulgadas até ao dia 14 de Setembro.



Calendário de exames do ensino secundário

A primeira fase dos exames nacionais e dos exames elaborados pela escola equivalentes aos exames nacionais das disciplinas dos cursos do ensino secundário decorre de 16 a 23 de Junho. A segunda fase decorre de 13 a 16 de Julho.

As pautas referentes à primeira fase dos exames do ensino secundário são afixadas no dia 7 de Julho, sendo as da segunda fase divulgadas no dia 30 de Julho.

Para mais informações, consultar www.min-edu.pt.

ISSN 1646-0219
www.min-edu.pt
Março 2009

Propriedade
Secretaria-Geral
do Ministério da Educação
Av. 5 de Outubro, n.º 107
1069-018 Lisboa

Director
João S. Batista

Projecto gráfico
Filipe Pinto

Paginação
Filipe Pinto

Fotografia
Jorge Padeiro / Agência Zero
(capa e páginas 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10 e 11)
Pedro Zenkl / Agência Zero
(páginas 12, 13, 15 e 20)
Carlos Silva
(páginas 16 e 17)

Revisão
Ciberúvidas da Língua Portuguesa

Impressão e Distribuição
Editorial do Ministério da Educação
Estrada de Mem Martins, 4 – S. Carlos
Apartado 113
2726 Mem Martins

Tiragem
150 000 exemplares

Periodicidade Bimestral

Depósito legal

ISSN
1646-0219

Esta publicação é de distribuição gratuita.

www.min-edu.pt